

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Nordeste Class.: 10

Data: 30/07/80 Pg.:

O Diário Oficial da União publicou, recentemente, dois alvarás para pesquisa mineral, em que o Ministério das Minas e Energia autoriza as empresas Tapajós e Guariba a prospecção de titânio em amplas áreas do Território de Roraima. Os alvarás ocupavam um pequeno espaço do jornal, e passaram despercebidos por quase dois meses, até que, durante a 32ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, cientistas, intelectuais e defensores da causa indígena chamaram a atenção e protestaram contra seu grave significado; as áreas liberadas estão situadas bem no centro do projeto, já aprovado pela própria Funai, que prevê a instalação do Parque Nacional Yanomami.

As duas áreas liberadas ficam na Serra Couto de Magalhães, fora das 21 áreas indígenas da região, reconhecidas por quatro portarias da Funai. Mas o que vem assustando indigenistas e, em especial, os membros da Comissão Pela Criação do Parque Yanomami, é que a área de prospecção da Tapajós, uma subsidiária da Construtora Parapanema, fica a apenas dez quilômetros das primeiras aldeias da região, e a Guariba, subsidiária da Construtora Gutierrez, a 30 quilômetros. Muito próximo, na Serra dos Surucucus, vivem cerca de quatro mil índios sem quase nenhum contato com a civilização, e nunca imunizados:

— Antropologicamente, a intrusão dessas mineradoras representa um verdadeiro desastre, pois os yanomamis representam uma das últimas civilizações "puras" do mundo, e já foi comprovado que essa área é indígena. Se a Funai tivesse a menor boa fé, então teria de protestar contra isso — afirma a fotógrafa Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão.

Assim que a SBPC soube da concessão dos alvarás, em sua reunião deste mês, protestou imediatamente, pedindo, além da criação do Parque "com urgência", a realização de "estudos de impacto, amplamente debatidos pela comunidade nacional, como condição prévia para atuação na área yanomami". Até a semana passada a Comissão tinha informações de que as equipes de prospecção ainda não se haviam instalado, o que deveria acontecer 60 dias após a concessão dos alvarás, segundo o Código de Mineração. Nem a possibilidade de a concessão ter caducado, entretanto, tranqüiliza os membros da Comissão:

— A estratégia em relação à criação de parques indígenas tem sido permitir uma invasão lenta da área por agricultores e mineiros, o que mais tarde cria graves problemas. Por isso, pedimos que o Ministério do Interior e a Funai se manifestem e tomem providências para que as mineradoras não entrem e o parque seja logo demarcado, para evitar invasões. Não entendemos por que até agora o governo não se manifestou. Seria uma prova de boa vontade de que realmente quer fazer o parque — diz Cláudia.

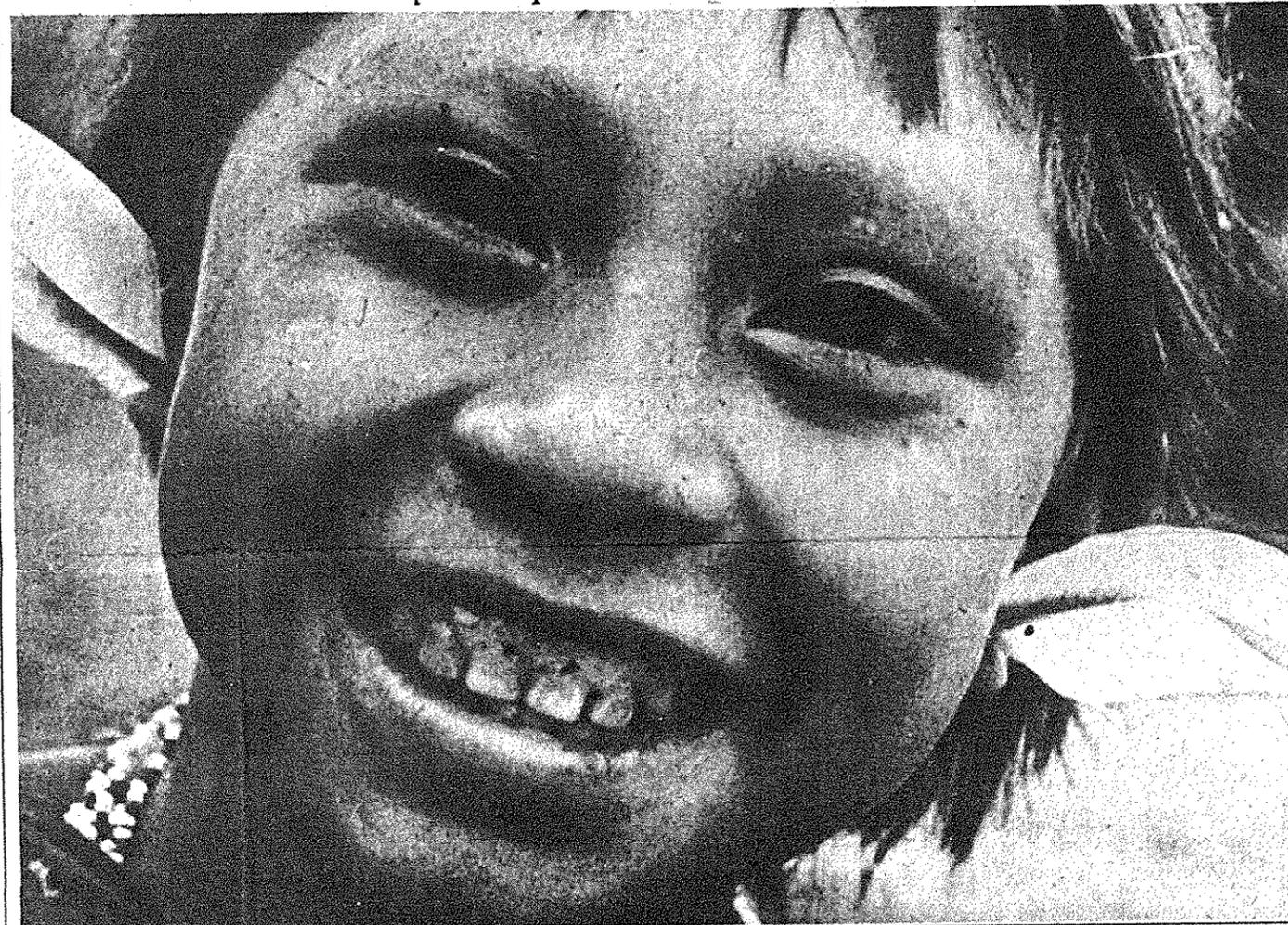
Mas essa boa vontade parece não ser muito grande, segundo os próprios assessores da presidência da Funai, que no princípio de maio denunciavam que Rocha Mals, secretário geral do Ministério do Interior, "não tem a menor vontade de adiantar os estudos para encaminhar o projeto à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional".

Ironicamente, o próprio ministro do Interior, Mário Andreazza, de passagem por São Paulo no dia cinco de maio, garantiu que "os estudos sobre o Parque Yanomami

YANOMAMIS

A luta pelo direito da vida

Qualquer doença de branco pode ser fatal, pois eles nunca foram imunizados. E os brancos vão instalar-se a poucos quilômetros de suas aldeias.



já estão bem adiantados, e acredito que este ano nós já apresentamos uma solução". O ministro assegurava, inclusive, que já "não existe mais problemas" com o governador Ottomar de Souza Pinto, do Território de Roraima, que insistia em abrir a área indígena ao garimpo:

— Temos dito que as terras dos índios pertencem a eles, e seus direitos serão assegurados, inclusive o usufruto de suas riquezas. Também não existe a idéia de separar do Parque as terras ricas em minerais. A única coisa é que não se pode pensar num parque que abranja dois países, no caso Brasil e Venezuela. Nós faremos um Parque dentro das fronteiras do Brasil — garantiu o ministro.

Duas semanas depois, entretanto, a Comissão Pró-Índio e a Comissão pela Criação do Parque Yanomami protestavam, em carta aberta ao ministro Andreazza, contra o "congelamento" do projeto, que foi elaborado por antropólogos e economistas da própria Funai, aprovado unanimemente pelos membros — nomeados pelo presidente da República — de seu Conselho Indigenista e entregue ao presidente do órgão no dia sete de abril.

Esse projeto é considerado pela Comissão melhor que o original, apresentado há cerca de um ano, pois amplia a área proposta do Parque de seis para dez milhões de hectares, atingindo inclusive aldeias que já possuem um certo contato com a civilização. Em resposta à carta, entretanto, Sandro de Souza Pedra, chefe de gabinete do coronel Nobre da Veiga, presidente da Funai, afirmou que o projeto já foi examinado pelo órgão, "encontrando-se agora no âmbito do governo federal". A resposta foi enviada no fim de maio, e os indigenistas procuraram o Ministério do Interior. Resposta: "Índio é com a Funai"...

Outra questão levantada durante a reunião da SBPC foi a criação, em cinco de junho do ano passado (Dia Mundial do Meio Ambiente), do Parque Nacional do Pico da Neblina, com 2.200 mil hectares, abrangendo uma região onde vivem outros dois mil yanomamis, que têm contato apenas com missões salesianas. Entre os 13 critérios usados como justificativa para criação do Parque, chamou a atenção da CPCPY o item "turismo internacional", avaliado como "excelente". Cláudia Andujar explica o receio em relação ao Parque Nacional do Pico da Neblina, que ficará dentro do Parque Yanomami, quando este for criado:

— Nós não imaginamos como, por ser área indígena, o governo vai resolver o problema do IBDF com a Funai, que terá de dar total garantia aos indígenas, em primeiro lugar. Pensar em turismo internacional, então, nem é compatível com o Estatuto do Índio.

Cláudia lembra que em outros países a convivência entre parques nacionais com parques indígenas é possível, "mas aqui no Brasil é diferente, isso não é reconhecido porque alguns ambientalistas consideram o índio como um predador da natureza", teoria que, garante ela, já está ultrapassada no Exterior, onde é considerada conservadora, "e aqui é mantida por muitos engenheiros do IBDF".

— Se for adotada a filosofia internacionalmente aceita, entretanto, não haverá problema.

A coordenadora da Comissão lembra ainda as palavras do presidente da Funai de que o Parque Yanomami não seria exclusivamente uma reserva indígena, mas uma área de "multivalência".

Uma ameaça aos índios e ao Norte do País: cegueira.

Metade dos índios yanomami de Roraima são portadores do parasita causador da "oncocercose" e 2% já apresentam deficiências visuais sérias causadas pela doença que se acreditava

já erradicada do País. Disse o médico Rubens Belfort, no IV Congresso Brasileiro de Prevenção à Cegueira, que o parasita poderá se espalhar por toda a

região Norte do País se não forem tomadas medidas urgentes. O parasita foi descoberto entre os yanomami em 1973, provavelmente trazido por habitantes da

Guatemala ou Honduras, onde ele é encontrado. Os dados apresentados são baseados em estudos científicos — interrompidos por falta de apoio oficial — feitos entre os yanomamis.

FOTO DE CLÁUDIA ANDUJAR